

PFL facilita campanha para FHC

Nova proposta de lei eleitoral permite a presença do Presidente em inaugurações de obras

MEMÉLIA MOREIRA

O deputado Saulo Queiroz (PFL-MS) provocou ontem uma reviravolta na comissão especial que estuda o novo código eleitoral, apresentando uma nova proposta para regulamentar as eleições de 98 e provocando a ira do relator da matéria, deputado Carlos Apolinário (PMDB-SP), que considerou a manobra de seu colega, "mais um golpismo do PFL". A mudança abriga as teses defendidas pelo Governo e pelo líder pefelista na Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PE), reduzindo o tempo de campanha eleitoral de 60 para 30 dias e permitindo a presença do presidente da República e seus ministros nas inaugurações de obras. A única proibição imposta ao Presidente é que este não poderá pedir votos durante as inaugurações.

Carlos Apolinário, pego de surpresa, ainda tentou argumentar com o fator tempo, dizendo que a nova proposta vai retardar a votação da matéria, mas o presidente da comissão, deputado Mendonça Filho (PFL-PE), garantiu que o projeto será votado na próxima quinta-feira, 13 de agosto. Ontem mesmo, Saulo Queiroz entregou seu projeto na secretaria da mesa da Câmara e caberá ao presidente da casa, deputado Michel Temer

(PMDB-SP), encaminhá-la à comissão que decidirá por um dos dois projetos.

Propaganda - Mesmo contrário a alguns pontos contidos no projeto de Saulo Queiroz, entre eles o número de candidatos dos partidos coligados, o deputado João Almeida (PMDB-BA) defendeu a apresentação da proposta dizendo que o relator "está muito inflexível. Não aceita sugestões porque se prende muito ao regimento".

O ponto polêmico do projeto de Saulo Queiroz, de acordo com os deputados oposicionistas, entre eles Aldo Rebelo (PCdoB-SP), refere-se à propaganda na televisão. Enquanto o projeto de Carlos Apolinário prevê a distribuição do tempo tomando como base "a média aritmética do número de representantes existentes no início da legislatura (1995) em curso e em três de outubro do ano anterior ao da eleição", Saulo Queiroz eliminou a questão do número de parlamentares do início da legislatura, reservando maior tempo para o partido que tiver o maior número de parlamentares no próximo dia três de outubro.

Com esta nova proposta, reacende-se a luta na base parlamentar de apoio ao Governo porque a alteração prejudica o PMDB, que vem perdendo seus de-

putados para o PSDB e PFL. A manobra levou o deputado Wagner Rossi (SP), primeiro-vice líder do PMDB a protestar contra o projeto de Saulo Queiroz. "Este novo projeto é uma manobra descabida", disse o deputado paulista.

Número - A questão do número de candidatos proporcionais das coligações, presente nas duas propostas, também está criando polêmicas. Apolinário e Saulo Queiroz concordam em permitir aos partidos coligados a registrar candidatos "até 150% do número de lugares a preencher". Esta proposta, segundo o deputado João Almeida, "facilitará as siglas de aluguel que vão se coligar, sem qualquer representatividade, e disputar com vantagens sobre os demais partidos". Em alguns estados, exemplo de Goiás, o PMDB pode sair sozinho e terá menos candidatos do que os partidos desconhecidos, disse João Almeida.

Mesmo acatando teses governistas, o deputado Saulo Queiroz deixou uma casca de banana para os correligionários do presidente Fernando Henrique Cardoso ao propor, para as eleições majoritárias, números diferentes para o candidato à Presidência, governo estadual e prefeitura. Com isso, os tucanos terão um número distinto de seu chefe maior.

Francisco Stuckert



Saulo Queiroz é o autor da nova lei eleitoral que, para os peemedebistas, "foi mais um golpismo do PFL"